



## O ALUNO SURDO E A EXPERIÊNCIA DO DAAE NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MARABÁ-PA

Sheila Kaline Leal da Silva<sup>1</sup>  
Priscila Dias Pinto<sup>2</sup>  
Bruna do Nascimento Barbosa da Silva<sup>3</sup>  
Simone de Sousa Goiabeira<sup>4</sup>  
Naiara Rodrigues dos Santos Lima<sup>5</sup>

**Categoria:** Comunicação oral

**Eixo Temático/Área de Conhecimento:** Experiências pedagógicas e institucionais com o público-alvo da educação especial

**RESUMO:** O presente trabalho surgiu no contexto da disciplina de libras, na reta final do curso de ciências sociais da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, ministrada pelo professor Edson dos Anjos<sup>6</sup>. Esse estudo tem como objetivo compreender a dinâmica de atendimento realizado pelo Departamento de Educação Especial (DAEE) no município de Marabá com os alunos surdos dentro da rede de ensino. Assim o trabalho faz uma análise do atendimento pautado na perspectiva das Políticas Públicas, no bojo dos direitos e sob o viés do profissional de fonoaudiologia. Utilizou-se a abordagem qualitativo-quantitativa para coleta de dados e os resultados foram norteados através de seis (6) etapas. De acordo com os resultados levantados foi possível identificar o esforço em conjunto de uma equipe de profissionais multifuncional na região que fazem uma grande diferença contribuindo de modo significativo para a qualidade do atendimento da pessoa com surdez no município de Marabá-PA.

**Palavras-chave:** Surdez. Educação. Inclusão.

<sup>1</sup> Assistente Social (PROEX-UNIFESSPA) graduanda de Ciências Sociais pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, e-mail sheilapt@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, e-mail: prisciladiaspinto@hotmail.com.

<sup>3</sup> Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, e-mail: brunaeurenis@gmail.com.

<sup>4</sup> Graduada em História pela Universidade Estácio de Sá/FAP e-mail: monigoiabeira@gmail.com

<sup>5</sup> Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, e-mail: naiararlima@hotmail.com.

<sup>6</sup> Este é um trabalho elaborado para a disciplina de LIBRAS ministrada pelo professor Edson dos Anjos, no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA).



UNIFESSPA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ



## 1. INTRODUÇÃO

O atendimento na educação Especial já acontece desde 1987 em Marabá, (COSTA, 2006) sendo realizado através das chamadas classes especiais<sup>7</sup>, salas de recursos e ensino itinerante. Desse modo sendo restrito e funcionavam na rede municipal através da Secretaria Municipal de Educação (SEMED). De acordo com levantamentos realizados as classes especiais funcionavam da seguinte forma: 112 alunos, 12 professores e eram alocadas em 9 escolas, o público atendido eram alunos com deficiências visual, auditiva e mental<sup>8</sup>.

As escolas que realizavam esse atendimento pertenciam à rede estadual de ensino: Judith Gomes Leitão, Deuzuíta Albuquerque e Jônathas Pontes Athias. De acordo com informações da secretaria municipal de educação de Marabá o Departamento de Educação Especial, DAEE foi criado no ano de 2001 momento este em que o ensino fundamental foi municipalizado e consecutivamente as classes especiais foram retiradas do plano de ensino, outras legislações foram promulgadas contribuindo de forma significativa para a extinção das classes especiais.

A SEMED, então passa a adotar o atendimento educacional especial através de triagens para fazer a avaliação dos alunos e implantar as Salas de Apoio Pedagógico Especializado (SAPE) e Salas de Recursos (SR) algumas escolas foram responsáveis por iniciarem o atendimento como nos relata (COSTA 2006):

Rio Tocantins, Pequeno Príncipe, Walquize Viana, Judith Gomes Leitão, Jônathas P. Athias, Deuzuíta Albuquerque e Francisco de Sousa Ramos. Já em 2002, foram montadas outras salas de apoio específico e salas de recursos nas escolas Miriam Moreira, Folha 12, Ida Valmont, Avanir Tenório e Pedro Peres. Segundo a coordenadora do Departamento de Educação Especial, com o processo de municipalização do Ensino Fundamental em curso, vai haver “a inclusão em Marabá, que vai 83 se dar de maneira rápida, sem um preparo prévio”, pois, com a extinção das antigas classes especiais das escolas estaduais, os alunos com necessidades educacionais especiais foram para as classes comuns das escolas da rede municipal. (Pg.82-83).

---

<sup>7</sup>Classes isoladas que funcionavam na escola regular e que recebiam crianças e jovens com alguma deficiência e ou dificuldade de aprendizagem, e algumas escolas junto aos hospitais.

<sup>8</sup> Terminologia utilizada na época.

A Declaração de Salamanca (1994), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 e a Constituição Federal de 1988 que estabelece a educação como um direito de todos (art. 205), o Plano Nacional de Educação, são legislações que norteiam as ações do DAEE. Em 2004, através do Projeto intitulado: Escola Inclusiva - Respeito às Diferenças, responsável pela implantação do atendimento para pessoas com deficiência no município a educação inclusiva ganha corpo. (COSTA 2006).

O DAEE é composto por uma equipe multiprofissional com 3 fonoaudiólogas, 2 psicólogas, 4 pedagogas, 1 assistente social, 1 neuropsicopedagoga, 1 educadora física e 1 terapeuta ocupacional. Essa equipe é responsável por realizar as triagens no departamento e nas escolas a fim de compreender o aluno em todas as suas especificidades, sendo encaminhados para a rede de atendimento de acordo com suas demandas, sejam elas no âmbito da saúde, assistência, previdência ou educação. Embora outros profissionais estejam envolvidos nesses procedimentos o objetivo desse estudo é o atendimento do aluno surdo realizado pelo departamento, destacando a profissional de Fonoaudiologia.

No que concerne a área da surdez, temos a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, regulamentada pelo Decreto nº 5.626/05, relacionado com a Língua de Brasileira de Sinais (LIBRAS), língua reconhecida a partir de 2002 como materna da comunidade surda, já sinalizava para uma cultura e linguagem específica dessa comunidade:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais – Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Art. 2º Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais – Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil. Art. 3º As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor. Art. 4º O sistema educacional federal e os

sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente. Parágrafo único. A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa (BRASIL, 2002, p.1).

Em relação à comunidade surda, a legislação reconhece a L1 dos surdos como a língua de sinais e a L2 a língua oficial escrita, como parâmetros da educação bilíngue. Em 2005 foi aprovado o decreto 5.626, que regulamenta a lei de 2002 e no Capítulo II tem a inclusão da Libras como disciplina curricular Art. 3º, já em 2010 foi sancionada a Lei 12.319, que regulamenta a profissão dos intérpretes de língua de sinais, contribuindo para criação dos cargos destes profissionais e possibilitando sua presença em locais públicos para auxiliarem a comunicação dos surdos.

Visando compreender a dinâmica do atendimento, a pesquisa foi realizada com uma das fonoaudiólogas do DAEE que é responsável pelos atendimentos dos alunos surdos em Marabá, Karini Costa, o período delimitado vai do mês de abril já que o atendimento só se iniciou neste período de 2017, até agosto do referido ano, totalizando 115 atendimentos, seja avaliação ou fonoterapia sistemática.

De acordo com a fonoaudióloga seu atendimento é baseado na seguinte dinâmica: a partir da observação do professor na escola (municipal) e se há suspeita que seu aluno não ouve então a escola encaminha ofício para o DAEE, solicitando triagem à equipe multiprofissional.

A partir de então, é realizada a anamnese e avaliação fonoaudiológica, posteriormente o aluno é encaminhado à Secretaria Municipal de Saúde, para avaliação médica com o otorrinolaringologista, bem como exames audiológicos para auxiliar no diagnóstico. Vale ressaltar que, atualmente, Marabá, não dispõe dos serviços de diagnóstico audiológico pelo SUS, dessa forma, a equipe do DEE, através do serviço de fonoaudiologia, sempre busca parcerias com clínicas particulares e profissionais que se disponibilizem atender gratuitamente, esta demanda tão carente e que muitas vezes necessita deste parecer para requerer

acesso gratuito aos serviços de transporte coletivo, seja no âmbito municipal, estadual e Federal; BPC; Inclusão no Programa de Saúde auditiva, bem como outros encaminhamentos que se façam necessários.

O atendimento, fonoaudiológico acontece no Departamento de Educação Especial (DAEE) da SEMED, semanalmente e de forma sistemática. Atualmente 10 alunos com deficiência auditiva, usuários de aparelho auditivo e/ou implante coclear recebem atendimento 1 ou 2 vezes na semana, onde são trabalhadas as habilidades auditivas e a linguagem. É importante esclarecer, que o aparelho auditivo é um pequeno dispositivo eletrônico usado na orelha ou atrás da orelha, que amplifica os sons a uma determinada intensidade que o usuário possa ouvir.

Existem, atualmente, vários modelos de aparelhos auditivos, que são indicados de acordo com o tipo e grau da perda auditiva. Já o Implante coclear refere-se a um dispositivo eletrônico que será inserido na cóclea, e que levará estímulos elétricos codificados diretamente ao nervo auditivo.

## **2. MATERIAIS E MÉTODOS**

Os instrumentos que nortearam a pesquisa vão desde a coleta de dados, no departamento, como a pesquisa em documentos diretivos e legislações pertinentes, entrevista semiestruturada com uma profissional de Fonoaudiologia que atende os alunos surdos no DAEE, no município de Marabá, através de uma abordagem qualitativa e quantitativa.

O estudo foi realizado com base nas seguintes etapas: Etapa **1** - Definição do objeto de estudo e plano de pesquisa, sendo atrelado, para levantamento de dados sobre o tema e contato com a coordenação do DAEE na Secretaria Municipal de Educação -SEMED, para a consulta e autorização da pesquisa; Etapa **2** - Coletas de Dados Quantitativos, nesta etapa objetivamos o número de salas de recurso existentes no município, o número de alunos surdos atendidos pelo DAEE, número de fonoaudiólogas existentes no departamento; Etapa **3** - Coletas de Dados Qualitativos: Nesta etapa realizamos entrevistas semiestruturadas com a

fonoaudióloga que trabalham no DAEE e atende os alunos surdos; Etapa 4 - Levantamento Bibliográfico sobre o tema, realizado através de periódicos, livros, artigos, monografias e teses assim como documentos diretivos do DAEE e também sobre as Políticas Públicas de Inclusão e legislações; Etapa 5 - Tratamento, sistematização e categorização dos dados para submeter as análises e discussão dos resultados; Etapa 6 - Compilação dos resultados obtidos pelo estudo e discussão, onde os dados foram analisados, considerando as seguintes categorias: a) A educação especial como direito ao aluno surdo; b) O atendimento do DAEE ao aluno surdo: avanços e desafios; d) A importância do profissional de fonoaudiologia no DAEE.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

De acordo com a fonoaudióloga Karini Costa, de abril a agosto de 2017, foram realizados 115 atendimentos com alunos surdos, atualmente a Educação Especial atende cerca de 65 alunos surdos. Sendo que: 60 alunos frequentam o Atendimento Educacional Especializado (AEE); Centro de Atendimento Especial de Surdez (CAES); 5 frequentam apenas o atendimento fonoaudiólogo; 10 frequentam o atendimento fonoaudiólogo e AEE; 90% desses alunos apresentam perda auditiva de grau severo a profundo e 10% apresentam diferentes graus e tipos de perda auditiva. Os alunos que recebem atendimento fonoaudiólogo no DAEE fazem uso de dispositivos eletrônicos seja o AASI (aparelho de amplificação sonora individual) e/ou IC (Implante coclear).

Existe uma série de variáveis que devem ser consideradas aos alunos surdos que usam dispositivos eletrônicos, tais como: idade de detecção da perda auditiva; tipo e grau de perda auditiva; idade em que foram protetizados; Se o dispositivo eletrônico é usado em 01 orelha (unilateral) ou nas 02 orelhas (bilateral); processo de adaptação do aparelho auditivo ou implante coclear; capacidade cognitiva; início da fonoterapia; engajamento da família no processo.

Para considerar que todas apresentam níveis bem diferentes, tanto no que se refere à idade que iniciaram o processo, como nas possibilidades que demonstram em relação à estimulação. Dos 05 alunos atendidos que utilizam o implante coclear, 03 apresentam respostas satisfatórias: atenção, percepção e discriminação de muitos sons no ambiente familiar; atendem quando chamados pelo nome; a comunicação se dá através da linguagem oral; compreensão da fala, muitas vezes sem leitura orofacial; apresentam mais atenção no momento de assistir programas de televisão; participação mais frequente nas reuniões familiares; gostam de cantar e ouvir música; participam efetivamente das atividades escolares em sala de aula.

Quanto às outras 02 crianças que usam implante coclear e que também são atendidas pelo serviço de fonoaudiologia, podem descrever os seguintes relatos: atenção e percepção de alguns sons ambientais, já apresentam relativa possibilidade de discriminar sons ambientais e atendem pelo nome de forma assistemática. Dessa forma esclarecer, que essas crianças apresentam menos tempo de implante coclear, bem como início da fonoterapia um amplificador do som. Já os casos em que as crianças usam o aparelho auditivo, há relatos de maior atenção a sons ambientais, porém, nem todas conseguem perceber a voz humana, tendo em vista o grau de perda auditiva que apresentam.

Quanto às crianças que usam implante coclear, a melhora se refere à comunicação, tanto no ambiente familiar quanto no ambiente escolar: capacidade de perceber sons do ambiente; melhora da compreensão da fala com leitura labial; compreensão da fala sem leitura labial; melhora da percepção e da qualidade da própria voz; possibilidade de ouvir música e cantar.

De acordo com a fonoaudióloga quanto mais cedo o implante coclear é realizado, mais cedo alcançam melhor percepção auditiva, apropriação incidental da linguagem e inteligibilidade da fala. No que se referem às crianças que usam apenas aparelho auditivo, as respostas irão variar de acordo com: idade de detecção da perda auditiva; tipo e grau de perda auditiva; idade em que foi protetizados; se o

dispositivo eletrônico é usado em 01 orelha (unilateral) ou nas 02 orelhas (bilatere); processo de Adaptação do aparelho auditivo; início da fonoterapia; capacidade cognitiva; capacidade de construir a linguagem; engajamento da família no processo, as respostas tendem a ser diferentes, não só pelas características citadas acima, como pelo fato do aparelho auditivo ser apenas um amplificador do som, então, cada caso tende a ter um prognóstico bem específico e individual.

Um dos objetivos do atendimento fonoaudiólogo, com o aluno surdo, é adaptar o aparelho auditivo e/ou Implante coclear, quando o mesmo o utiliza, possibilitando com isso que a criança possa construir e a usar a linguagem oral efetivamente, para tanto, se faz necessário o trabalho para estimular as habilidades auditivas: detecção, discriminação reconhecimento e compreensão auditiva. Os autores BEVILACQUA e FORMIGONI (2000) relatam que o objetivo do trabalho auditivo é auxiliar a criança a aprender a escutar, aproveitar as oportunidades para dar a ela a linguagem, transformar a linguagem não-verbal em verbal. E conforme ela vai se desenvolvendo, tornar de forma gradativa a linguagem mais complexa, porém assegurando que houve compreensão da mensagem.

Sobre a faixa etária e o sexo: os alunos com deficiência auditiva cadastrados no DAEE encontram-se na faixa etária de 04 a 18 anos; meninas: 46 meninos: 24.

Paralelo ao atendimento no departamento também são realizadas palestras nas escolas sobre a surdez. É importante pontuar que ainda existem muitas dificuldades que ocorrem durante todo o processo de inserção desses alunos na educação, como a exemplo a qualificação profissional, resistência seja da instituição ou até mesmo de profissionais, adequações estruturais entre outros.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

De acordo com os resultados obtidos em nossa pesquisa consideramos que o esforço em conjunto de uma equipe de profissionais multifuncional na região faz uma grande diferença em resultados significativos para a qualidade no atendimento a pessoa com surdez destacamos ainda que o profissional de fonoaudiologia tem um



papel fundamental para o processo de construção e inserção social do aluno surdo na comunidade, seja pelo atendimento realizado no DAEE, seja por esclarecer a família, comunidade escolar a cerca do que é a surdez.

Há toda uma construção na vida desses alunos e esse trabalho em conjunto destes profissionais, faz com que os alunos atendidos no departamento desempenhem melhor suas atividades e contribuem para uma vida melhor, é importante ressaltar que o atendimento ao aluno surdo é realizado de acordo com que os pais e o aluno compreendem por ser melhor a sua vida, sabemos que ainda se precisa avançar muito em relação a desconstrução dos prévios conceitos formulados acerca da surdez e a garantia dos direitos a pessoa surda embora a pesquisa deixe claro que dentro das limitações sócias o DAEE cumpre o papel a que se propõe.

#### **REFERÊNCIAS:**

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.** Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 70 de 29 de março de 2012. Disponível em: <[http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988\\_29.03.2012/CON1988.shtm](http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_29.03.2012/CON1988.shtm)>. Acesso em: 13 de set de 2017.

\_\_\_\_\_. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos:** plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm)>. Acesso em: 13 de set de 2017.

\_\_\_\_\_. Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.**

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional De Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

BEVILACQUA, Maria Cecília & FORMIGONI, Gisela Maria Pimentel. **Audiologia Educacional: Uma Opção terapêutica para a criança deficiente auditiva**. São Paulo: Pró-Fono, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB4. 024, de 20 de dezembro de 1961.

COSTA, Vanja Elizabeth Sousa. **Educação, inclusão e políticas públicas: a educação especial no município de Marabá-Pará**. (Dissertação de mestrado) 2006.

Entrevista coletiva. Karine, Costa. **Fonoaudióloga do Departamento de Educação Especial de Marabá-PA**. Entrevista concedida a: Sheila Kaline, Simone Sousa Saraiva e Priscila Dias Pinto. Marabá, 20 de setembro 2017.

SILVA, Silvana de Araújo. **Conhecendo um pouco a historia dos surdos**. Londrina 2009. Disponível em [http://www.uel.br/prograd/nucleo\\_acessibilidade/documentos/texto\\_libras.pdf](http://www.uel.br/prograd/nucleo_acessibilidade/documentos/texto_libras.pdf). Acesso em: 13 de set de 2017.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade. Brasília, M.J./CORDE, 1994.